

JORNAL DO SENADO

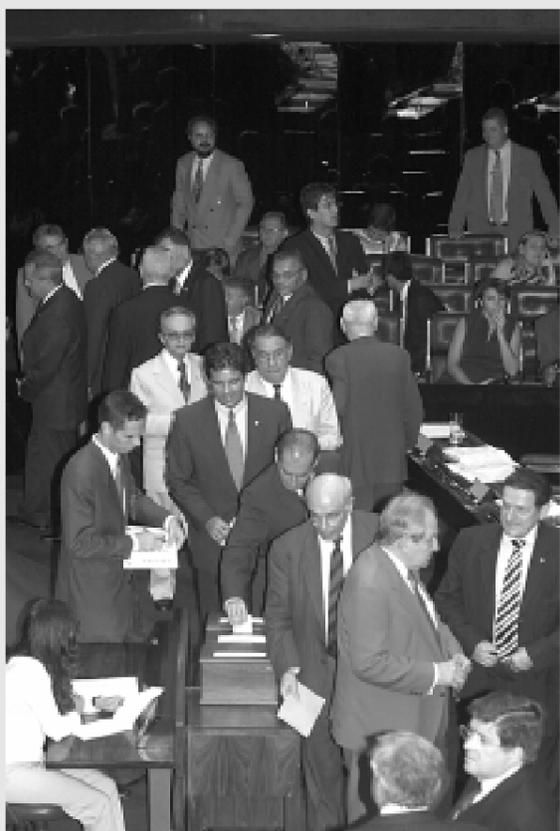
ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.419 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2001

Acordo prevê salário mínimo de R\$ 200 a partir de abril

O salário mínimo deverá subir em abril de 2002 dos atuais R\$ 180 para R\$ 200. O anúncio foi feito pelo relator-geral do Orçamento da União para o próximo ano, deputado Sampaio Dória, depois de se reunir com líderes da base governista. Os recursos para bancar o aumento sairão das verbas destinadas a emendas coletivas de deputados e senadores.

PÁGINA 5



Além de votar contribuição sobre petróleo importado, senadores aprovaram também nome indicado para diretor-geral da ANP

Congresso promulga contribuição sobre petróleo importado

PÁGINA 3

CPI do Futebol entrega a Brindeiro relatório que denuncia 17 dirigentes

Os senadores Álvaro Dias e Geraldo Althoff, presidente e relator da CPI do Futebol, entregaram ontem ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o relatório final

da comissão, que denuncia 17 personalidades ligadas ao futebol, inclusive os presidentes da CBF, Ricardo Teixeira, e do Vasco, Eurico Miranda.

PÁGINA 4

Althoff (E) e Álvaro Dias (D) entregam o relatório a Brindeiro, que anunciou o envio das conclusões ao Ministério Público Federal nos estados



Crianças podem ter que entrar aos 6 anos de idade no ensino fundamental

PÁGINA 6

Os senadores da Comissão de Educação aprovaram a proposta que altera LDB

CCJ examina hoje emendas à reforma do Judiciário

Pauta da reunião que começa às 10h inclui também projeto que proíbe experimentos genéticos destinados à clonagem de embriões humanos. Limite à imunidade parlamentar pode fazer parte de pauta extra da comissão

PÁGINA 2

Comissão analisa indicações para diretoria da Aneel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura examinará hoje, às 14h30, duas mensagens do Executivo com indicações para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Uma reconduz ao cargo Jaconias de Aguiar. Outra traz a indicação de Isaac Pinto Averbuch. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Arlindo Porto (PTB-MG) apresentaram relatórios pela aprovação das matérias.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura é presidida pelo senador José Alencar (PL-MG).

Relatório sobre o São Francisco será discutido

A comissão especial criada para acompanhar e avaliar o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco reúne-se hoje, às 14h30. Será analisado o relatório parcial apresentado pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). A comissão, que também avalia a instalação do comitê da bacia do São Francisco, é presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

CPI das ONGs vota hoje oito requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias sobre a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) reúne-se hoje, a partir das 17h30, sob a presidência do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), para discutir e votar oito requerimentos.

A CPI já realizou doze reuniões, tendo ouvido representantes de ONGs e parlamentares, como o deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO), relator da CPI promovida pela Câmara sobre a grilagem de terras na Amazônia.

CCJ examina destaques à reforma do Judiciário

Proposta de emenda constitucional que restringe a imunidade parlamentar também pode vir a ser discutida em pauta extra

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar hoje, a partir das 10h, duas questões polêmicas: os pedidos de destaque para votação em separado (DVS) de emendas à reforma do Judiciário e as restrições ao instituto da imunidade parlamentar. Na semana passada, a CCJ só conseguiu votar 17 dos 99 destaques apresentados ao relatório final do senador Bernardo Cabral

(PFL-AM), em virtude de as lideranças partidárias não terem chegado a acordo em torno deles.

Já a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a imunidade parlamentar aos crimes de opinião foi encaminhada ao Senado quinta-feira. Após aprovada na Câmara, a matéria voltou ao Senado, por ter sido modificada pelos deputados, e será relatada pelo senador José Fogaça (PPS-RS) na CCJ. Se o parecer for entregue a tempo, a PEC poderá



Bernardo Cabral é autor do relatório apresentado à emenda que reforma o Judiciário

ser incluída numa pauta extra.

Está também na pauta o substitutivo do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) a projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que proíbe experimentos genéticos destinados à clonagem de embriões humanos. A decisão terminativa caberá à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Tramitam ainda na CCJ três projetos, de iniciativa dos senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Álvaro Dias (PDT-PR) e do Executi-

vo, que alteram a legislação relativa à atividade cartorial. Ademir propõe um controle mais rigoroso no processo de identificação e registro imobiliário. Álvaro Dias pretende tornar exigível firma reconhecida nos atos levados a arquivamento e prova de identidade dos sócios de empresas mercantis e civis. O projeto do Executivo estabelece critérios referentes ao preenchimento de vagas para ingresso nas atividades notarial e de registro.

A CCJ deve analisar também pareceres favoráveis a duas PECs do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A primeira, com substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR), fixa critérios para a retomada de obras inacabadas. A segunda, relatada por Iris Rezende (PMDB-GO), universaliza o acesso gratuito ao registro e à primeira emissão de certidões de nascimento e óbito, assegurado hoje apenas aos reconhecidos pobres, prevendo o mesmo benefício em relação ao registro e à primeira certidão de casamento.

Na pauta, reprodução humana assistida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar hoje, em caráter terminativo, substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta as técnicas de reprodução humana assistida. O texto proíbe a clonagem de seres humanos e a prática da chamada "barriga de aluguel". A reunião está marcada para as 9h.

O projeto, examinado na reunião da CAS da semana passada, retorna ao debate em virtude da apresentação de emendas pelos

senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e do próprio Lúcio Alcântara, estabelecendo que somente os casais em união estável poderão ser beneficiados pelas técnicas de reprodução assistida, além de tornar mais rigorosas as penas para quem infringir a legislação.

SILICONE

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CAS deve votar também substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) ao projeto da Câmara que regulamenta o uso médico de próteses

de silicone. O texto proíbe a injeção de silicone líquido, exceto em casos comprovadamente terapêuticos, e pune o infrator com pena de até 12 anos de detenção.

Constam ainda da pauta da comissão o projeto que regulamenta a profissão de treinador de goleiro de futebol, o que estabelece que o registro de agrotóxicos deverá ser feito pelo seu princípio ativo, e não pelo seu nome comercial, e o que regulamenta as profissões de mototaxista e motoboy. Todas as matérias receberão decisão terminativa.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 12 DE DEZEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

10h30 — Recebe Ronaldo Lessa, governador do estado de Alagoas
11h — Recebe Krzysztof Jacek Hinz, embaixador da Polônia
11h30 — Recebe Wan Yongxiang, embaixador da República Popular da China
14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
15h — Recebe Mikhail Kassianov, presidente do governo da Rússia

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Hora do expediente: destinada à apresentação e lançamento dos tratados da Agenda 21 Infantil, em processo de construção pela Conferência Criança Brasil no Milênio (CCBM), endossada pela Agência das Nações Unidas para Programas Ambientais (Unep).
Pauta: votação, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que autoriza odontólogos a acumularem cargos públicos remunerados; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do substitutivo à proposta de emenda constitucional que disciplina a utilização da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, dos Pantanos matogrossense e sul-mato-grossense e da Zona Costeira como patrimônio nacional, assegurando a preservação do meio ambiente; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; mensagens que submetem à apreciação do Senado os nomes de Bernardo Pericás Neto para exercer o cargo de embaixador chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração em Montevideu; de Roberto de Abreu Cruz para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Helênic; entre outros.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: 8 itens, incluindo projeto que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone.

9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: 32 itens, incluindo a discussão sobre emendas à proposta de emenda constitucional que trata da reforma do Judiciário.

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização

14h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: mensagens que submetem à apreciação do Senado os nomes de Jaconias de Aguiar e Isaac Pinto Averbuch para exercerem o cargo de diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

14h30 — Comissão de Revitalização do Rio São Francisco
Pauta: apresentação do primeiro relatório parcial.

17h30 — CPI das ONGs
Pauta: discussão e votação de requerimentos.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Promulgada emenda sobre petróleo importado

Proposta aprovada ontem pelos senadores possibilita cobrança de contribuições sociais e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre produtos importados derivados do petróleo. Emenda depende ainda de regulamentação

As Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados promulgaram na noite de ontem a emenda constitucional que possibilita a cobrança de contribuições sociais e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre os produtos importados derivados de petróleo e sobre os serviços de telecomunicações. A proposta havia sido aprovada, em último turno, à tarde pelo Plenário do Senado, com 64 votos favoráveis e dois contrários.

A emenda é resultante da decisão do governo de abrir o mercado de importação desses produtos e visa evitar que os produtos internos paguem impostos e os importados, não. A Cide irá substituir a Parcela de Preços Específica (PPE), adicional cobrado no preço dos derivados do petróleo, a ser extinta em janeiro de 2002.

Como a PEC não define o valor da alíquota da Cide, a emenda precisa ser regulamentada, e para isso depende do envio pelo governo de projeto ainda em 2001. O Congresso deverá analisar a matéria até o final deste ano para que a medida possa ser implementada no ano que vem, em função do princípio da anuidade, que estabelece que qualquer imposto novo só pode ser cobrado no ano posterior ao que for criado.

Aprovada manutenção dos fundos do Norte e Nordeste

O Plenário aprovou ontem em segundo turno, por unanimidade dos 63 senadores presentes, a emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que torna permanentes os fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, criados em maio deste ano por medida provisória. A proposta precisa ainda da aprovação da Câmara dos Deputados, em dois turnos, para transformar-se em emenda constitucional.

O autor da PEC explicou que sua intenção era incorporar definitivamente ao texto constitucional esses dois fundos, que só teriam um ano de existência caso continuassem regulados por uma MP. "Essa foi uma medida de prevenção. Esses fundos são extremamente necessários porque atendem a regiões carentes



Proposta de emenda constitucional foi acolhida pelo Plenário do Senado com 64 votos favoráveis e dois contrários

Diante de dúvidas sobre os efeitos da emenda, manifestadas pelos senadores Paulo Hartung (PSB-ES), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ricardo Santos (PSDB-ES), José Fogaça (PPS-RS) e José Eduardo Dutra (PT-SE), o senador Romero Jucá (PSDB-RR), falando em nome do governo, assegurou que a medida, além de justa, não irá provocar queda na arrecadação fiscal dos estados.

e pobres que precisam de ações que auxiliem o país a ficar mais próximo delas", observou.

Também o relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), destacou o caráter oportuno da iniciativa de Valadares, lembrando que os fundos foram criados depois da extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e de seus respectivos fundos (Finor e Finam).

— É impensável que esses fundos tivessem a duração de apenas um ano — ressaltou Jefferson Péres.

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Heloísa Helena (PT-AL) manifestaram apoio à constitucionalização dos fundos.

Plenário acolhe indicação de Rego Barros para ANP

O nome de Sebastião do Rego Barros Netto, indicado pelo Presidente da República para novo diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado, com 53 votos favoráveis, 15 contrários e uma abstenção. Rego Barros sucederá no cargo a David Zylberstein.

O Plenário também aprovou a mensagem presidencial indicando o nome de Luiz Augusto Horta Nogueira para exercer outra diretoria da mesma agên-

cia. Ele recebeu 53 votos favoráveis, 15 contrários e uma abstenção.

Os senadores aprovaram ainda também em votação secreta, o nome de Beny Parnes para ocupar o cargo de diretor do Banco Central. Ele teve 52 votos favoráveis, 14 contrários e uma abstenção. Os nomes dos escolhidos foram antes submetidos ao exame de comissões da Casa, que analisaram o currículo profissional e a reputação dos indicados.

Mudança no processo civil será encaminhada à sanção

Na sessão de ontem, os senadores aprovaram projeto de lei da Câmara dos Deputados que modifica dispositivos do Código de Processo Civil, visando facilitar os procedimentos judiciais. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo como relator o senador José Fogaça (PPS-RS). O projeto segue agora para a sanção pelo presidente da República.

Uma das alterações define que as partes interessadas no processo deverão cumprir com exatidão

os provimentos e mandatos e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.

Outra mudança faculta aos tribunais determinar, no âmbito da sua jurisdição, que os procedimentos processuais poderão ser comunicados às partes por meios eletrônicos, como pela Internet, por exemplo.

O projeto estabelece ainda que o prazo legal ou judicial, hoje contado em dias corridos, será suspenso, nos feriados e nos dias em que não houver expediente forense.

Tebet envia o projeto que altera CLT às comissões

O presidente do Senado, Ramez Tebet, fez a leitura, na sessão de ontem, do projeto de lei da Câmara, originário do Executivo, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de flexibilizar alguns direitos trabalhistas, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A matéria, aprovada em regime de urgência na Câmara, foi encaminhada por Tebet, para tramitação simultânea, às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS). Como está em regime de urgência, as comissões terão 45 dias para apreciar a matéria. O presidente do Senado informou que o projeto só poderá receber emendas na CCJ nos próximos cinco dias úteis.

O presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-AM), ainda não anunciou o nome do relator do projeto. Tebet, no entanto, já antecipou, em entrevista à imprensa, que considera difícil a matéria ser apreciada ainda este ano pela Casa.

Projeto do trabalho temporário volta ao exame da CAS

O Plenário acolheu ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitando o reexame, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do substitutivo preparado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao projeto da Câmara que trata do trabalho temporário.

A matéria, que estabelece regras para a contratação de serviços terceirizados, já havia sido examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), além da CAE e da CAS. Porém, no entendimento de Dutra e de outros senadores, como a CAE ofereceu substitutivo ao texto original, este deveria ser analisado pelos membros da CAS.

O projeto — que se encontrava em caráter de urgência no Plenário — define, entre outras normas, que a empresa contratante garantirá ao trabalhador da empresa que lhe presta serviços o mesmo tratamento médico e o mesmo tipo de refeição oferecida a seus próprios funcionários.

Cidades da fronteira com Mercosul terão programa especial

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem projeto de lei que estabelece o programa Grande Fronteira do Mercosul, envolvendo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dos pequenos e médios municípios da região, com sedes localizadas na faixa de até 450 quilômetros da linha de fronteira. O projeto teve parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

Dentre os objetivos do programa estão o desestímulo ao êxodo rural; o fortalecimento da agricultura familiar, com base no cooperativismo e no associativismo; o estabelecimento de modelos de desenvolvimento sustentável adequados às características locais; e a aplicação racional e articulada de recursos públicos e privados em áreas selecionadas para a criação de pólos de desenvolvimento. Mestrinho assinalou, no parecer, que o projeto é compatível com a Constituição, que, em seu artigo 4º, prioriza a integração latino-americana.

Tebet recebe secretário-geral do Itamaraty

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Osmar Chohfi. Os dois conversaram, entre outros assuntos, sobre as próximas visitas diplomáticas que o Senado receberá ainda este ano e no início de 2002.

Ramez Tebet também recebeu a visita dos embaixadores da República Tcheca, Ladislav Skerik, e da Argélia, Lahcene Moussaoui. Eles manifestaram o interesse de seus países em incrementar as relações comerciais e culturais com o Brasil.

Também foram recebidos por Tebet os almirantes-de-esquadra Sergio Chagasteles, comandante da Marinha; Luiz Eduardo Peixoto, chefe do Estado-Maior da Armada; José Júlio Pedrosa, ministro do Superior Tribunal Militar; Marcos Augusto Leal de Azevedo e José Alfredo Lourenço dos Santos. Todos eles estiveram no Senado para assistir à homenagem ao Dia do Marinheiro ocorrida durante a hora do expediente.

Geraldo Brindeiro recebe relatório da CPI do Futebol

O documento foi entregue ontem ao procurador-geral da República pelos senadores Álvaro Dias, Geraldo Althoff, Sebastião Rocha e Geraldo Cândido

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, recebeu ontem, dos senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e Geraldo Althoff (PFL-SC), o relatório final da CPI do Futebol. O documento propõe o indiciamento de 17 pessoas, entre elas os presidentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, e do Vasco, deputado federal Eurico Miranda.

Os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Geraldo Cândido (PT-RJ) também participaram da audiência. Brindeiro anunciou que as conclusões da CPI serão encaminhadas ao Ministério Público Federal nos estados. Apenas as denúncias envolvendo Eurico Miranda serão processadas pela Procuradoria Geral da República, uma vez que o dirigente, por ser deputado, tem direito a foro especial.

Álvaro Dias, que presidiu a CPI, mostrou-se confiante no resultado das providências que deverão ser tomadas.

— Nós estamos certos de que se inicia um novo tempo na administração



Geraldo Brindeiro (C) anunciou aos senadores que encaminhará o relatório ao Ministério Público Federal nos estados para providências

do futebol do Brasil, o que implica mudanças radicais no comportamento das instituições públicas brasileiras. Elas estão oferecendo uma demonstração de mudança e certamente nós vamos verificar isso agora, com os procedimentos do Ministério Público e do Poder Judiciário.

O relatório aponta a ocorrência de crimes de evasão fiscal, fraude cambial, evasão de divisas, sonegação de impostos, apropriação indébita e falso testemunho. Aprovado por unanimidade pela CPI na última quinta-feira, o texto

sugere à Câmara dos Deputados a abertura de processo disciplinar contra Eurico Miranda. Hoje, os senadores encontram-se com o presidente da Câmara, Aécio Neves, que também receberá cópia do relatório.

Althoff, relator da CPI, acredita que a “mudança de mentalidade” no futebol depende de alterações na lei, que poderiam permitir, por exemplo, intervenção na CBF e nas federações estaduais.

O ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, também receberá hoje o relatório.

Americanos fazem defesa do “fast track”

O presidente da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, Steve Van Andel, e o vice-presidente executivo da entidade, Mark Smith, estiveram ontem na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul para explicar o entendimento que os americanos têm do *fast track* (autorização do Congresso norte-americano para que o governo dos EUA possa assinar acordos que não poderão ser modificados pelos parlamentares) e do Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca).

— Vimos para tentar melhorar a interpretação brasileira — afirmou Steve Van Andel.

Para os americanos, disse, quanto mais livre o mercado melhor para o consumidor. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) concordou que “um mercado livre é bom”, mas assinalou que essa liberdade tem sido “muito boa” apenas para o consumidor americano.

— As barreiras só crescem. Queremos exportar produtos que tenham valor agregado e não toneladas de insumos. Não estou percebendo boa vontade por parte dos Estados Unidos para mudar essa situação — disse Arlindo Porto.

Mark Smith afirmou que o *fast track* não significa o fim das negociações sobre as barreiras para a importação de produtos brasileiros.

Requião (D) recebeu representantes da Câmara de Comércio Brasil-EUA



Ramez Tebet (D) cumprimenta o ministro Ney Suassuna, licenciado do mandato de senador

Ney Suassuna lança o livro “Ousadia”

O ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, licenciado do mandato de senador para ocupar a pasta ministerial, lançou ontem o livro de poesias *Ousadia*. O presidente do Senado, Ramez Tebet, compareceu ao lançamento.

Também foi lançado ontem no Salão Negro do Congresso Nacional, com a presença de Tebet, o livro *Cheiros e Sabores de Mato Grosso do Sul*, de Iracema Sampaio. A obra, patrocinada pela Petrobras e editada com apoio da Lei de Incentivo à Cultura, contém 140 receitas culinárias, além de informações e curiosidades sobre as tradições do estado.

Tebet saudou a autora, que, embora tenha nascido na Bahia, reside em Mato Grosso do Sul há trinta anos. Ele também ressaltou o trabalho de Iracema Sampaio na divulgação da cultura pantaneira.

Criação do Serviço Social da Saúde é debatida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), discutiu ontem projeto de lei que cria o Serviço Social da Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass).

Estiveram no debate Danilo dos Santos Miranda, representante do Sesc; Léa Viveiros de Castro, da Confederação de Aprendizagem Comercial; Luiz Gil Suiffo Pereira, da Confederação Nacional do Comércio; José Lião de Almeida, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde; José Luiz Spiglon, representante da Confederação das Santas Casas de Misericórdia; Cláudio José Allgayer, da Confederação Nacional da Saúde; e Francisco Aparecido Cordão, presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Diretor da Anvisa explica fiscalização

Em audiência pública ontem na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), o diretor de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Felipe Moreira Lima, informou que o órgão criou programa para verificar a composição de todos os medicamentos à venda no mercado brasileiro. Todos os produtos do laboratório Merck, disse, já foram analisados. Atualmente estão sendo verificados medicamentos dos laboratórios Aché e Novartis.

De acordo com o diretor, se o medicamento apresentar discrepâncias com a composição anunciada, o laboratório é obrigado a corrigir o problema.

Alcântara lamenta veto presidencial

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) protestou contra a decisão do presidente Fernando Henrique de vetar projeto de sua autoria que estabelecia a estabilidade no emprego ao trabalhador portador do vírus HIV. Ele contestou a alegação do governo de que a matéria é inconstitucional por estabelecer a estabilidade definitiva no trabalho. Para o senador, o veto é sinal de que o presidente foi mal assessorado sobre o assunto. “Foi um grave equívoco, pois esse projeto tinha um elevado sentido humanitário”, disse.



Maldaner: "Calamidades ocorrem e não estamos preparados para enfrentá-las"

Maldaner pede apoio a fundo de defesa civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu em Plenário ontem seu projeto de lei complementar que cria um fundo para investimento nos órgãos de defesa civil em nível federal, estadual e municipal. Pela proposta, 0,1% dos recursos do Orçamento da União deveria ser carreado para ações de prevenção a catástrofes. As verbas seriam repartidas igualmente entre os três níveis da administração pública.

— Calamidades ocorrem e não estamos preparados para enfrentá-las. Os recursos permitirão a organização da Defesa Civil em todos os municípios do país — disse.

Maldaner solicitou à Mesa do Senado providência para acelerar a tramitação do projeto.

Senado vota recursos para Rio São Francisco

O Senado vota hoje proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta estabelece que o fundo será constituído por 0,5% da arrecadação de todos os impostos da União, depois de deduzidas as vinculações e participações constitucionais. A receita estimada é de R\$ 210 milhões por ano.

A pauta inclui a discussão de outras três PECs. Uma delas, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), determina que o Pantanal Sul-Mato-Grossense será considerado patrimônio nacional, a exemplo do que já ocorre com a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar e o Pantanal Mato-Grossense. As outras propostas tratam do acúmulo de empregos públicos por profissionais de saúde.

Relator do Orçamento anuncia acordo para salário mínimo de R\$ 200 em abril

Oposição insiste em pelo menos R\$ 220, mas demais partidos devem homologar a proposta hoje. Recursos para o aumento sairão das verbas destinadas às emendas coletivas à proposta orçamentária

O salário mínimo deverá subir em abril de 2002 dos atuais R\$ 180 para R\$ 200, anunciou no final da tarde de ontem o relator-geral do Orçamento da União para o próximo ano, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), depois de se reunir com líderes dos partidos da base governista na Câmara dos Deputados. O dinheiro para o aumento, no valor de R\$ 1,55 bilhão, sairá das verbas destinadas a bancar as emendas coletivas dos deputados e senadores ao projeto de orçamento. As emendas individuais serão preservadas.

Com isso, os parlamentares estão acrescentando R\$ 10 ao reajuste

previsto pelo governo ao enviar o Orçamento ao Congresso — a previsão era de um mínimo de R\$ 190. É o terceiro ano consecutivo que deputados e senadores concedem aumento para o mínimo acima da inflação e a segunda vez em que são usadas verbas destinadas originalmente às emendas parlamentares.

O acordo será submetido hoje aos líderes de todos os partidos no Congresso. O relator-geral acredita que o acerto será aprovado pela maioria dos líderes, exceto os opositores, que defendem pelo menos R\$ 220. No início da noite de ontem, a liderança do PT na Câmara anun-

ciou que o partido insiste num salário mínimo mais alto, correção da tabela do Imposto de Renda e renegociação da dívida dos pequenos agricultores. Sem acordo para os três pontos, o PT pretende obstruir a votação do projeto orçamentário.

No encontro marcado para hoje, que terá a presença do presidente da Câmara, Aécio Neves, as lideranças partidárias do Senado e da Câmara e o relator-geral do Orçamento discutirão outro problema que vem mobilizando o Congresso: o reajuste da tabela de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas. Projeto do senador Paulo Hartung

(PSB-ES) prevendo a correção da tabela foi aprovado por duas comissões da Câmara e está em condições de ser votado pelo Plenário.

O governo, que não concorda com a correção de 35% da tabela, vem apresentando propostas alternativas, até agora todas rejeitadas. A última foi feita ontem, estabelecendo que pessoas que recebem R\$ 1.300 por mês e declaram pelo formulário simplificado ficariam isentas do imposto. Não haveria reajuste da tabela na fonte, e sim a elevação no desconto padrão do formulário simplificado, que passaria de 20% para 25% da renda bruta.

Comissão discute crédito ao Banco do Nordeste

O ex-superintendente financeiro do Banco do Nordeste Antonio Carlos Dias Coelho propôs ontem, na Comissão Mista de Orçamento, que o Congresso exija salvaguardas para aprovar um pedido do governo para injetar R\$ 2,55 bilhões no banco. O BNB encontra-se em fase de reestruturação, o que já levou à demissão de cerca de 2.000 dos quase 6.000 funcionários.

Dias Coelho questionou "pontos obscuros" dos balancetes do banco e sugeriu, como uma das salvaguardas, que o Banco Central e a Secretaria de Previdência Complementar apresentem pareceres atestando que estão regulares todas as provisões do BNB, inclusive para créditos de liquidação duvidosa.

A Comissão de Orçamento ouviu também o presidente do Banco do



Dias Coelho questionou "pontos obscuros" dos balancetes do banco

Nordeste, Byron Costa de Queiroz, o qual negou que existam irregularidades nos balancetes da instituição. Ele fez um relato da reestruturação do banco nos últimos anos e defendeu o fortalecimento da instituição, ponderando que os bancos privados não se interessam em investir no Nordeste.

Os dois estiveram na comissão a requerimento do deputado José Pimentel (PT-CE), o qual sustentou que o último balancete do BNB registra um patrimônio positivo de R\$ 1 bilhão. Se o patrimônio está positivo, não haveria necessidade de uma injeção de dinheiro tão elevada no banco, observou o deputado. Byron Queiroz afirmou que boa parte dos R\$ 2,55 bilhões será usada para bancar provisões sobre créditos que o governo passou a exigir desde 1998.

O pedido de crédito especial do Orçamento da União deste ano para o Banco do Nordeste encontra-se na pauta de votações da Comissão Mista de Orçamento. O relator, deputado José Priante (PMDB-PA), vai examinar a recomendação de salvaguardas do ex-superintendente financeiro do banco.

Tebet confia em entendimento sobre mínimo e IR

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que está confiante na possibilidade de aprovação por acordo, ainda este ano, de duas matérias de interesse da sociedade: o reajuste da tabela do Imposto de Renda e o aumento do salário mínimo.

— Acho que as duas coisas poderão ser feitas através de ampla negociação no Congresso Nacional. Todos entendem que está na hora de se conceder esses benefícios à classe média e à classe trabalhadora — afirmou.

Tebet ressaltou que, como a aprovação só poderá ocorrer por acordo da maioria, será necessário aceitar o "possível", mesmo que seja "insuficiente", dando como exemplo um aumento do salário mínimo para R\$ 200. Quanto ao Imposto de Renda, ele acha que os entendimentos estão bem encaminhados, pois "há boa disposição de ambos os lados".

— É preciso acordo, porque a matéria é passível de veto do presidente da República — assinalou.

Tebet entende que os parlamentares estão dispostos a encontrar fórmulas compensatórias para a perda de receita causada pelas medidas, entre elas o corte em emendas ao Orçamento. Ele lembrou que outras fontes de receita surgirão, como o pagamento de Imposto de Renda pelos Fundos de Pensão, que deverá render R\$ 10 bilhões por ano.

Heloísa Helena quer saber como governo libera verbas de emendas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) enviou requerimento à Mesa do Senado, para encaminhamento aos ministros de Estado, indagando sobre os critérios usados na liberação dos recursos previstos nas emendas individuais de parlamentares, depois de serem aprovadas no Orçamento da União. "Se não obtiver resposta convincente, continuarei a pensar que as emendas são liberadas como 'moeda de troca' na votação de projetos de interesse do governo", afirmou.

Segundo Heloísa Helena, a libera-

ção dos recursos para emendas de parlamentares não pode ser efetuada ao sabor de critérios de "bom comportamento ou beija-mão, num verdadeiro balcão de negócios em que o Congresso parece estar se transformando". Isso fere o princípio constitucional da separação de Poderes, observou.

A senadora defendeu critérios objetivos para a liberação dos recursos das emendas de parlamentares que levem em conta as necessidades dos municípios ou dos pólos de desenvolvimento regional,



Heloísa Helena defende critérios objetivos para a liberação dos recursos das emendas

que tenham efeito multiplicador. "O Congresso não pode aceitar que sejam liberados em função do autor da emenda e seu relacionamento com o governo", frisou.

Criança poderá entrar com 6 anos no ensino fundamental

Substitutivo de Paulo Hartung a projeto de Ricardo Santos, aprovado ontem pela Comissão de Educação, vai ainda a turno suplementar

O ingresso no ensino fundamental a partir dos seis anos de idade é o que estabelece substitutivo do senador Paulo Hartung (PSB-ES) a projeto de lei do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) aprovado ontem pela Comissão de Educação, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Como a matéria, que tramita em caráter terminativo, foi aprovada mediante substitutivo, será apreciada novamente pela comissão, em turno suplementar, para que sejam apresentadas emendas ao texto elaborado pelo relator.

Se confirmada a aprovação, irá diretamente ao exame da Câmara, caso não haja recurso para seu exame pelo Plenário do Senado.

Hartung observou que nem a Constituição federal nem a LDB estabelecem com clareza a faixa de idade dos alunos do ensino fundamental. Segundo ele, isso aconteceu porque havia uma controvérsia sobre a questão, à época da aprovação da LDB.

A senadora Emilia Fernandes (PT-



Se confirmada aprovação em turno suplementar na Comissão de Educação, projeto irá ao exame dos deputados, caso não haja recurso para o Plenário do Senado

RS) votou a favor da proposta, mas alegou que, sem a regulamentação da matéria, os sistemas municipais de educação continuarão a praticar a "fragilização da política de educação infantil". Ela explicou que os prefeitos abandonaram a pré-escola diante da possibilidade de conseguir mais recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), graças ao aumento do núme-

ro de crianças matriculadas no ensino fundamental.

De acordo com o substitutivo, as crianças somente poderão ser matriculadas com seis anos se a taxa líquida de escolarização da faixa etária de sete a 14 anos nas escolas públicas for de pelo menos 95%, e se não houver redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade.

Comissão aprova projeto que institui dia de controle da infecção hospitalar

Com parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que institui o Dia Nacional de Controle das Infecções Hospitalares. A data será comemorada anualmente em 15 de maio. O objetivo da proposta, segundo seu autor, é conscientizar autoridades sanitárias, diretores de hospitais e trabalhadores de saúde sobre a importância do controle das infecções hospitalares. Aprovada em caráter terminativo pela comissão, a matéria só irá ao exame do Plenário se pelo menos dez senadores o solicitarem.

Althoff — que, como o autor da proposta, também é médico — entende que as infecções hospitalares são um importante problema de saúde pública e defende a



Tião Viana disse que proposta visa conscientizar quanto à necessidade de se combater infecção nos hospitais

manutenção de programas de controle por considerá-los exigência legal.

O relator informou que foi escolhido o dia 15 de maio por ter sido a data de nascimento de Philip Ignaz Semmelweis, em 1847. Quando trabalhava em Viena (Áus-

tria), esse médico húngaro instituiu, pela primeira vez, a obrigatoriedade de médicos e estudantes de medicina lavarem as mãos em uma solução com antisséptico antes de atenderem às parturientes sob seus cuidados.

VIADUTO

A CE também aprovou parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) a projeto da Câmara que dá o nome de Luiz Philippe Peireira Leite ao viaduto localizado na Rodovia dos Imigrantes, no município de Cuiabá (MT). O homenageado foi deputado estadual e procurador-geral da Justiça.

A CE ainda aprovou parecer do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) pela rejeição de projeto da Câmara que tornaria obrigatória a inclusão de disciplina sobre a educação para o trânsito no ensino fundamental e médio.

Indicação de Gustavo Dahl para a Ancine tem parecer favorável

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer favorável à indicação do nome do cineasta Gustavo Dahl para o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine). Também receberam pareceres favoráveis os nomes de João Eustáquio da Silveira, Augusto Sevá e Lia Maria de Gomensoro Polachini Lopes para as funções de diretores da entidade.

O presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES),

antecipou que será requerido regime de urgência para a matéria. Com isso, as indicações deverão ser votadas em Plenário nesta quinta-feira.

DRUMMOND

A CE aprovou parecer do senador Tião Viana (PT-AC) favorável a projeto da Câmara que declara 2002 como "Ano Nacional Carlos Drummond de Andrade". Ele lembrou que no próximo ano se comemora o centenário do poeta, nascido em Itabira (MG), em 1902.

Senado envia pesar à família do navegador assassinado

O Plenário aprovou ontem requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) propondo envio de voto de pesar à família do velejador e atleta neozelândes Peter Blake, assassinado na costa do Amapá, na semana passada. As condolências também serão encaminhadas à primeira-ministra da Nova Zelândia e à rainha da Inglaterra.

Sebastião Rocha considerou o assassinato de Peter Blake um sinal do nível de violência que atinge todos os estados brasileiros e denota o "fracasso das políticas públicas de segurança". O parlamentar disse que, ao contrário do que foi noticiado, o crime não foi cometido por grupo organizado, mas sim por delinquentes

que queriam apenas roubar.

— Essa situação demonstra o grau de banalização da morte e da violência que atinge não só o Amapá, mas todo o país — afirmou o senador, acrescentando que dados da polícia dão conta de 43 episódios similares no estado apenas no mês de novembro.

O representante do Amapá solicitou ainda que o voto de pesar seja acompanhado de um pedido de desculpas do povo brasileiro ao povo neozelândes pelo acontecido.

— Esse tipo de procedimento não é hábito em nosso país, mas neste caso se aplica porque eles perderam um ídolo — observou Sebastião Rocha.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Airlindo Porto e o juiz federal Renato Prates falam sobre a ampliação da Justiça
7h30 — *Entrevista* — O sen. Pedro Piva fala sobre a Alca
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *As Cores do Brasil* — Campina Grande — São João
8h45 — *Senado Informa* (ao vivo)
9h — Comissão de Assuntos Sociais — Reunião para analisar oito itens (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Continua discussão e votação dos destaques para propostas de reforma do Judiciário (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais — Audiência pública para discutir o projeto que cria o Serviço Social de Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass) (gravado)
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Comissão Parlamentar Mista do Mercosul — Analisa projeto que propõe a convocação de plebiscito sobre o ingresso do Brasil na Alca (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviço
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — entrevistas: o senador Paulo Hartung (PSB-ES) fala sobre correção da tabela do Imposto de Renda; o senador Antero Poes de Barros (PSDB-MT) explica as mudanças no Código Brasileiro de Telecomunicações; o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) fala sobre acordo para elevar o salário mínimo para 200 reais em 2002; o dep. federal Walter Pinheiro, líder do PT na Câmara dos Deputados, também fala sobre salário mínimo; e o dr. Manoel Neto, presidente da empresa de ônibus estatal TCB (DF), explica como será feita a privatização da empresa
9h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
13h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde
14h30 — Sessão Plenária
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviço
20h30 — *Na Cadência do Samba* — Os grandes nomes da nossa música mais popular (reprise)
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Escala Brasileira*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Segundo Mozarildo Cavalcanti, a Funai tem prejudicado o desenvolvimento da Amazônia

Mozarildo volta a defender a extinção da Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) voltou ontem a defender a extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai), "por absoluta inutilidade". Segundo ele, a instituição, sob o pretexto de defender os interesses das populações indígenas, tem prejudicado o desenvolvimento da região amazônica.

De acordo com o parlamentar, 57% do território de seu estado, Roraima, estão em áreas indígenas demarcadas. Para agravar a situação, disse o senador, há em gestação no governo propostas para aumentar o tamanho das reservas.

Desde 1999, Mozarildo vem sugerindo a extinção da Funai. Ele disse que o órgão possui 1,5 mil funcionários, mas apenas 300 deles trabalhariam junto às aldeias.

O senador também atacou a composição da comissão nomeada pelo ex-ministro da Justiça José Gregori para estudar a reestruturação da Funai. Segundo Mozarildo, não há representantes dos índios nem do Poder Legislativo.

Mozarildo quer que o Senado se pronuncie sobre portarias desse tipo e sobre aquelas que aumentam as reservas indígenas. Ele apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) nesse sentido.

RODOVIA

O senador enviou à Mesa pedido de informações aos Ministérios da Justiça e dos Transportes sobre o fechamento da BR-174, rodovia que liga os estados de Roraima e Amazonas. A estrada cruza uma reserva indígena e vem sendo interdita das 18h até as 6h do dia seguinte. De acordo com Mozarildo, a Funai nega ter fechado a estrada e diz que a idéia partiu do Exército, que, por sua vez, afirma ter delegado o direito aos índios. A Consultoria do Senado argumenta que não há respaldo legal para isso.

Comissão aprova empréstimo de R\$ 352 milhões para São Paulo

Recursos do BNDES destinam-se a financiar programa que moderniza administração tributária e a construir corredores de ônibus na capital paulista

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem empréstimo no valor de R\$ 352 milhões para a Prefeitura de São Paulo. Os recursos, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram solicitados para utilização no financiamento do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e na construção de corredores de ônibus na capital paulista. A matéria deve ser ainda examinada pelo Plenário.

A votação do empréstimo foi feita em reunião extraordinária realizada logo após a ordem do dia de ontem. Na reunião ordinária, realizada pela manhã, o sena-



A CAE também aprovou ofício assinado por Eduardo Suplicy (E)

dor Jefferson Péres (PDT-AM) havia pedido vista da matéria, por entender que o Banco Central não

anexara ao processo toda a documentação exigida para que o empréstimo fosse votado, o que

ocorreu à tarde.

BANESPA

A CAE aprovou ofício assinado pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão, e Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando ao presidente do Banco Santander/Banespa informações sobre as providências que estão sendo tomadas para o pagamento de passivos trabalhistas aos funcionários do Banespa admitidos até 22 de maio de 1975.

A CAE aprovou também o nome de Miguel Tebar Barrinuevo, indicado pelo presidente da República para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Transpetro é beneficiada com R\$ 1,01 bilhão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou mensagem do Executivo elevando, temporariamente, o limite de endividamento da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) no valor de R\$ 1,01 bilhão. Os recursos serão destinados à aquisição de novos petroleiros e compra de equipamentos de informática e telecomunicações. Cerca de R\$ 595 milhões servirão para que a empresa assumira dívidas da Petrobras relativas a 26 navios hipotecados ao Fundo de Marinha Mercante.

A CAE aprovou ainda operação de crédito do estado de Sergipe no valor de R\$ 20,8 milhões para o financiamento da segunda fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR II). O projeto visa melhorar as condições de infraestrutura e de serviços das comunidades rurais mais pobres.

Também foi aprovado empréstimo ao estado do Tocantins no valor de R\$ 268 milhões, que serão aplicados na malha rodoviária estadual. A comissão aprovou ainda outra mensagem presidencial autorizando o governo brasileiro a contratar empréstimo junto ao Bird para o financiamento parcial do Projeto de Fortalecimento e Gerenciamento Fiscal e Financeiro (Proger). Todos esses projetos serão examinados pelo Plenário em regime de urgência.

Projetos que concedem isenções fiscais devem ser analisados também pela CCJ

Todos os projetos submetidos à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que alteram a legislação tributária para conceder isenções fiscais e redução de impostos serão encaminhados para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Sugestão do senador Jefferson Péres (PDT-AM) nesse sentido foi acolhida pela CAE.

O objetivo é ter um posicionamento sobre se as alterações são coerentes com a Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei, aprovada no ano passado pelo Congresso Nacional, determina que todas as propostas que versem sobre isenção ou redução de impostos devam vir acompanhadas



Proposta de Jefferson Péres visa compatibilizar mudanças com Lei de Responsabilidade Fiscal

de um estudo de impacto fiscal.

A sugestão de Jefferson Péres, que foi relator da Lei de Responsabilidade Fiscal, surgiu quando os senadores discutiam projeto do

senador Tião Viana (PT-AC) que isenta do Imposto de Renda os portadores de doenças hepáticas graves e fibrose cística. Em contrapartida, o projeto excluía da lista de isentos os portadores de tuberculose e hanseníase porque, segundo Tião Viana, ambas as doenças são curáveis.

A exemplo do projeto de Tião Viana, que segue agora para análise da CCJ, outras cinco proposições tiveram o mesmo rumo porque envolvem isenção fiscal. Entre eles está a de Edison Lobão (PFL-MA) que amplia de R\$ 900 para R\$ 1.800 o limite de isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física a ser aplicado aos aposentados com mais de 65 anos de idade.

Produção de mel pode fazer parte da política agrícola

A apicultura poderá fazer parte da política agrícola brasileira. O primeiro passo foi dado ontem depois que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, por unanimidade, projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que inclui a produção de mel e derivados na chamada Lei Agrícola. A matéria segue agora para votação na Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso por pelo menos nove senadores, em um prazo de cinco dias, para que seja apreciada pelo Plenário

do Senado.

Para a senadora, o incentivo à apicultura auxiliaria na proteção do meio ambiente. O relator da matéria, Jonas Pinheiro (PFL-MT), lembrou que o Brasil é um grande importador de mel, de pólen e de geléia-real.

PRIVATIZAÇÃO

A CAE rejeitou dois projetos dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que destinavam obrigatoriamente 40% dos recursos arrecadados com a privatização a progra-



Maria do Carmo Alves considera que apicultura ajuda a preservar o meio ambiente

mas sociais do governo. Foi rejeitado ainda projeto do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que garantia o controle acionário da Petrobras pela União.

Senadores homenageiam Dia do Marinheiro

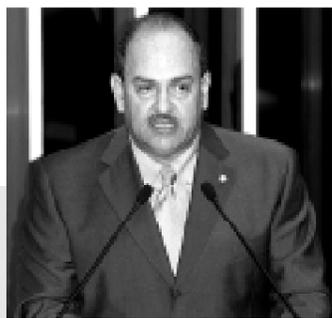
Robinson Viana, autor do requerimento de homenagem, destaca, ao lado do preparo bélico, as ações cívicas, sociais e de assistência hospitalar desenvolvidas pela Marinha, cujas embarcações são conhecidas na Amazônia como “navios da esperança”

O Senado homenageou ontem a Marinha brasileira pelo transcurso, amanhã, do Dia do Marinheiro. O presidente da Casa, Ramez Tebet, convidou para sentarem à mesa o comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Sérgio Chagasteles, e o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Luís Fernando Portela Peixoto.

Ao abrir a sessão, Tebet aplaudiu os 60 mil homens e mulheres da Marinha que exercem, “com zelo e denodo”, a missão de proteger o Brasil, seu litoral e águas territoriais. Ele saudou, ainda, a figura do Patrono da Marinha, almirante Joaquim Marques Lisboa, o marquês de Tamandaré.

FALTA DE RECURSOS

Autor do requerimento de homenagem à Marinha, o senador Robin-



Robinson Viana afirma que falta de recursos não arrefeceu os ânimos na Marinha brasileira

son Viana (PMDB-PB) afirmou ser muito grande o desafio de manter uma força operativa e capaz de cumprir sua missão constitucional com a reconhecida falta de recursos financeiros que atinge todos os segmentos da sociedade brasileira.

Segundo Robinson, tal óbice não

tem arrefecido o ânimo dos “homens do mar”, muito pelo contrário, “tem estimulado sua criatividade e aperfeiçoado seu senso de administração, permitindo que a Marinha continue a cumprir as diretrizes estabelecidas em consonância com os desafios impostos pela necessidade de desenvolvimento cada vez maior da nação brasileira”.

Ele lembrou que, ao lado de seu preparo bélico, a Marinha sempre desenvolveu ações cívicas, sociais e de assistência hospitalar, efetuadas por seus navios na Amazônia. afirmou que a Força atua em todos os rios navegáveis, de Belém a Tabatinga, com suas embarcações sendo conhecidas pelos ribeirinhos como os “navios da esperança”.

Robinson referiu-se também à atuação da Marinha nos campos ci-

entífico e tecnológico, em que o pioneirismo se destaca na eletrônica, química, informática e, especialmente, na energia nuclear.

— Vale destacar que, depois de dominado o ciclo do urânio, está sendo desenvolvido, no Centro Tecnológico, um projeto que tem como objetivo a construção de um reator nuclear para ser empregado em sistemas de propulsão naval — afirmou.

Segundo o senador pela Paraíba, o programa nuclear da Marinha envolveu, desde o início, mais de 15 universidades e 400 fábricas nacionais, tratando-se, portanto, de um projeto de cunho nacional. Robinson aplaudiu, ainda, o Programa Antártico, que permite ao Brasil estar no seleto grupo de países que desenvolvem atividades científicas no continente.

Valadares: Marinha é “credora de todos os louvores”

Em homenagem ao Dia do Marinheiro, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a Marinha do Brasil é



Valadares

“credora de todos os louvores” pelo esforço de atualização técnica, administrativa e operacional. Para ele, é recorrendo ao passado e à história que se pode fazer do Dia do Marinheiro uma festa cívica, um compromisso com a liberdade e a paz.

Em referência a feitos navais como a Campanha Cisplatina e a Guerra do Paraguai, Valadares manifestou sua admiração pela Marinha e afirmou que o heroísmo desses brasileiros deve servir para criar valores e guiar as próximas gerações.

Valadares lembrou que a Força Naval brasileira descende da tradição da Marinha portuguesa, cujas caravelas e outras embarcações movidas pelos ventos construíram a civilização americana e desenvolveram as relações com a Europa e outros continentes.

Jucá defende mais recursos para as Forças Armadas

Em nome da liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) defendeu a alocação de recursos e a definição de



Romero Jucá

prioridades para que as Forças Armadas, especialmente a Marinha, tenham os meios necessários para desempenhar o seu papel.

Como senador da Amazônia, Jucá lembrou que tem apoiado o reequipamento e um programa de investimentos para as Forças Armadas — recentemente, defendeu a alocação de R\$ 10 bilhões do Orçamento no setor. Ele pediu o apoio de todas as forças políticas favoráveis a um país autônomo e a uma Amazônia soberana.

Rocha assinala papel estratégico para o país

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou o trabalho desenvolvido pela Marinha Mercante e lembrou de sua



Sebastião Rocha

infância no Amapá, quando admirava os navios, os uniformes brancos, e sonhava em ser marinheiro.

— Acabei sendo médico, que também usa uniforme branco — disse.

Rocha assinalou a importância econômica da plataforma continental, de onde são extraídos petróleo, metais nobres e uma grande variedade de frutos do mar, e o potencial turístico do litoral, com suas praias paradisíacas. Lembrou ainda o papel estratégico da Marinha diante da extensão marítima do Brasil, tanto na parte mercante, que garante a capacidade de comércio com o mundo, quanto na parte bélica, que garante a segurança.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou a importância da Marinha brasileira como guardião dos rios da Amazônia e a prestação de serviços às populações ribeirinhas. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) também reconheceu os serviços prestados pela Marinha, especialmente na Região Norte.

Emilia destaca trabalho como agente da cidadania

O povo brasileiro precisa conhecer a importância da Marinha, não só como eficaz arma de guerra, mas, também, como



Emilia Fernandes

agente da cidadania, afirmou a senadora Emilia Fernandes (PT-RS). A senadora, que é professora de História, destacou o trabalho dos navios-hospitais e de patrulha fluvial que, muitas vezes, têm sido o único referencial do Estado para comunidades afastadas dos grandes centros. Emilia lamentou, no entanto, os baixos investimentos que, segundo ela, o governo destina ao setor.

A senadora homenageou o patrono da Marinha, o gaúcho Joaquim Marques Lisboa, almirante Tamandaré, e o marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata, entre outras figuras importantes na história da Força Naval. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) ressaltou episódios de heroísmo da Marinha. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que Santa Catarina endossava a homenagem prestada por Emilia à Marinha. O presidente do Senado, Ramez Tebet, também manifestou apoio ao pronunciamento da senadora.

Tião Viana elogia atuação da Força na Amazônia

O senador Tião Viana (PT-AC) homenageou a Marinha do Brasil lendo um texto do escritor Leandro Tocantins sobre a



Tião Viana

disputa diplomática entre Brasil e Estados Unidos, no século 19, acerca do trânsito livre no Rio Amazonas. O senador disse que a Marinha tem exercido papel fundamental para a soberania brasileira sobre a Amazônia e a segurança nacional.

Tião Viana ressaltou ainda a presença da Marinha no Amazonas na condução do navio Doutor Montenegro, cuja função é prestar serviços médicos e odontológicos nas regiões mais isoladas.

— Deixo uma modesta e justa homenagem à Assessoria Parlamentar da Marinha que, de modo judicioso, tem defendido de maneira integral seu efetivo que atua na defesa da segurança nacional e, de modo exemplar, tem mantido comportamento ético admirado por todos os parlamentares — disse.

Em aparte, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) prestou homenagem à Marinha em nome da bancada do Espírito Santo no Senado.

Tuma apóia esforço de modernização tecnológica

A Marinha está trabalhando para a construção de um novo sistema de defesa nacional adequado ao regime democrático, afirmou o senador Romeu Tuma (PFL-SP), durante a homenagem ao Dia do Marinheiro.

— No regime democrático, com a reorganização das forças militares no Ministério da Defesa, é importante frisar que civis e militares estão trabalhando em parceria e buscando novos parâmetros estratégicos — analisou o senador.

Em discurso que lembrou a participação da Marinha em episódios importantes, inclusive na consolidação da independência nacional, Tuma salientou a prestação de serviços à sociedade. Também elogiou os esforços de modernização tecnológica empreendidos pelo governo, citando a recente aquisição do porta-aviões francês Ferdinand Foch, rebatizado como São Paulo. A compra do navio, a um custo de US\$ 12 milhões, representou, segundo Tuma, uma enorme economia.

— A construção de um novo demandaria em torno de R\$ 600 milhões — disse.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson, Mozarildo Cavalcanti e João Alberto Souza